

<b>Assunto:</b> Atuação do Juizado do Aeroporto	
<b>Veículo:</b> Jornal do Commercio	
<b>Editoria:</b> Economia	<b>Seção:</b> JC Negócios
<b>Página:</b> 2	<b>Data:</b> 04/07/2014

# jornal do commercio

---

## No aeroporto

O Juizado Especial Cível do Aeroporto do Recife registrou os atendimentos a 229 pessoas no plantão para a Copa. Foi o segundo em número de atendimentos entre as cidades-sede.

<b>Assunto:</b> Processos mais ágeis na PCR	
<b>Veículo:</b> Jornal do Commercio	
<b>Editoria:</b> Economia	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> 3	<b>Data:</b> 04/07/2014

**jornal do**  **commercio**

# Processos mais ágeis na PCR

**TRIBUTOS** Prefeitura implantou novas regras para evitar que casos simples, como o de cobrança dupla do IPTU, acabem na Justiça

**E**m mais um esforço na área de tributos, a Prefeitura do Recife (PCR) deu agilidade ao julgamento de seus processos administrativos. São casos como o de contribuintes que pagaram duas vezes o mesmo boleto do IPTU e querem o dinheiro de volta ou o de pessoas e empresas que contestam cobranças da PCR. As novas regras podem evitar que casos simples virem longos processos na Justiça.

O estoque atual de casos esperando pelo julgamento administrativo da prefeitura mostra como poucos contribuintes costumam procurar a PCR antes do judiciário. São apenas 440 acumulados, uma média de 60 julgados por mês. "A ideia é zerar o estoque até o final do ano", argumenta o secretário de Finanças, Roberto Pandolfi.

Uma estatística inversa, de cobranças judiciais feitas pela PCR, dá uma pista sobre a quantidade de processos que vai para a Justiça. Cerca de 1 milhão de execuções de débitos correm no Judiciário, com só 1,4% de recu-



Alexandre Severo/JC Imagem/29-10-2007

**PANDOLFI:** Três julgamentos semanais entre as mudanças

peração das dívidas.

Até hoje, a prefeitura era obrigada a recorrer administrativamente e ao Judiciário no caso de cobranças a partir de R\$ 5 mil. "Agora o valor mínimo subiu para a partir de R\$ 20 mil", comenta o secretário de Finanças, Roberto Pandolfi.

As mudanças começaram a ser introduzidas desde março,

com o antigo órgão sendo rebatizado como Conselho Administrativo Fiscal (CAF).

O regulamento foi publicado no mês passado. O CAF vai realizar o julgamento administrativo de primeira instância (início do processo) e o de segunda instância, o de recursos.

Uma das mudanças básicas foi a fixação semanal de três jul-

gamentos. "Antes, a única regra era de haver julgamento com, no mínimo, três processos. Mas não havia regularidade. Poderíamos ficar um mês sem julgamentos", diz Pandolfi. A seleção dos auditores do CAF ficou mais rigorosa, com análise de currículos, por exemplo.

Desde o início da gestão Geraldo Julio, a prefeitura tem investido em formas de melhorar sua arrecadação, seja diretamente na Secretaria de Finanças, seja pela Secretaria de Assuntos Jurídicos.

Na recuperação de dívidas, a PCR passou a leiloar imóveis de devedores. Na frente de combate à sonegação, a novidade foi a criação de sorteios com prêmios de até R\$ 50 mil para o contribuinte que pede para "colocar o CPF" na Nota Fiscal Eletrônica (NFS-e). No programa, cada nota emitida gera um código, que será usado para a premiação com base na loteria federal. Para participar, é preciso efetuar cadastro no site da NFS-e da PCR ([nfse.recife.pe.gov.br/senhaweb/solicitacao.aspx](http://nfse.recife.pe.gov.br/senhaweb/solicitacao.aspx)).

<b>Assunto:</b> Advogados entram com habeas corpus	
<b>Veículo:</b> Jornal do Commercio	
<b>Editoria:</b> Cidades	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> 2	<b>Data:</b> 04/07/2014

# jornal do commercio

## Advogados entram com habeas corpus

**O**s advogados do médico Cláudio Amaro Gomes, preso desde o dia 3 de junho acusado de ter assassinado o cirurgião Artur Eugênio de Azevedo Pereira, entraram com pedido de habeas corpus no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

Segundo Altamiro Fontes, responsável pela defesa de Cláudio, o pedido havia sido feito poucos dias antes de decretada a prorrogação da prisão temporária do cirurgião. Mas com a definição da juíza Gisela Vieira de Rezende, da 1ª Vara do Tribunal do Júri de Jaboatão dos Guararapes, a equipe de advogados volta a aguardar a decisão dos desembargadores.

"Acho incrível que o delegado responsável pelo caso tenha alegado que Cláudio fez ligações telefônicas de dentro do Cotel para ameaçar testemunhas. Na verdade, nada foi encontrado nesse sentido", disse.

O pedido de prorrogação da prisão temporária foi feito pelo delegado Guilherme Caracciolo, responsável pelas investigações, após supostas tentativas de intimidação e ameaça a testemunhas por parte de Cláudio e de seu filho, o bacharel em direito Cláudio Amaro Gomes Júnior, também preso acusado de participar do crime. O advogado de Cláudio Júnior, Roberto Freire Filho, afirmou não ter entrado com pedido de habeas corpus por não saber se continuará no caso. "Só vou ter resposta no fim de semana."

Cláudio Amaro Gomes e o filho devem ser indiciados por sequestro, homicídio duplamente qualificado, roubo e associação criminosa. No dia 12 de maio, Artur Pereira foi levado por dois homens, nas imediações de sua casa, em Boa Viagem. No dia seguinte, seu corpo estava em Jaboatão, e o carro, queimado no bairro de Guabiraba.

<b>Assunto:</b> Grupo busca plano integrado	
<b>Veículo:</b> Jornal do Commercio	
<b>Editoria:</b> Cidades	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> 4	<b>Data:</b> 04/07/2014

**jornal do  commercio**

# Grupo busca plano integrado

**NOVO RECIFE** Primeira reunião técnica acontece hoje e participantes vão sugerir mudanças que beneficiem o entorno do projeto

O Instituto Pelópidas Silveira deve apresentar hoje uma série de diretrizes urbanísticas que vão nortear o redesenho do projeto Novo Recife, no Cais José Estelita, no Centro do Recife. E a tônica deverá ser a integração do empreendimento com os bairros do entorno, uma das críticas feitas pelos manifestantes contrários à versão original do complexo imobiliário, que prevê a construção de 12 torres de 21 a 41 andares.

A primeira reunião técnica acontece às 9h, no oitavo andar da Prefeitura do Recife e vai contar com a presença de oito entidades. São esperados o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PE), Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Católica de Pernambuco, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco (Crea) e o Movimento Ocupa Estelita.

O arquiteto Roberto Montezuma, presidente do CAU, afirma que espera uma solução que integre o projeto ao bairro de São José. "O Novo Recife não pode ser uma ilha, e, sim, interagir com o entorno", completa.

Para a urbanista Vitória Régia, do IAB, a prefeitura deve tomar a frente do projeto urbanístico do Novo Recife. "O consórcio responsável pela construção deve ficar apenas com o projeto arquitetôni-

## Saiba mais

# 800

milhões de reais é o valor estimado da construção do projeto Novo Recife em sua versão original

# 10

hectares é a área total do terreno do Cais José Estelita onde será construído o empreendimento

# 27

dias durou a ocupação do terreno do Cais José Estelita por manifestantes contrários ao projeto

co", sugere.

A advogada Liana Cirne Lins, do Ocupa Estelita, diz ter uma boa expectativa para a primeira reunião técnica. "Isso porque ficou claro, ao longo do último mês, que não se deve levar à frente um projeto segregacionista. Defendemos um empreendimento de uso misto, que não destrua a paisagem e que promova o desenvolvimento sustentável", comenta.

Durante a reunião será elaborado um cronograma para os próximos encontros, que

deverão incluir o Consórcio Novo Recife, formado pela Moura Dubeux, Queiroz Galvão, Ara Empreendimentos e GL Empreendimentos.

Apesar de o consórcio não participar da primeira reunião, o representante do empreendimento, Eduardo Moura, afirma que o canal de diálogo com as empresas continua aberto. "Só não podemos compactuar com o que fuja à legalidade", enfatiza.

No último dia 21 de maio o terreno do Cais José Estelita foi ocupado por manifestantes contrários à construção do projeto Novo Recife. Em 17 de junho a Polícia Militar procedeu a reintegração de posse do terreno expedida pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Houve tumulto e conflito entre policiais e ativistas. A desocupação terminou com um saldo de 35 feridos e seis pessoas detidas. Os manifestantes passaram a ocupar a área que fica embaixo do Viaduto Capitão Temudo, em frente à entrada do terreno.

Na noite da última segunda-feira (30), um grupo de manifestantes ocupou o saguão da prefeitura, reivindicando participação nas reuniões para discutir os rumos do projeto. Após ordem de reintegração expedida pela Justiça, na noite do dia 1º, os manifestantes desocuparam o prédio. Na última quarta-feira o prefeito Geraldo Júlio comandou a primeira reunião para retomada das negociações.



Edmar Meiry, JC Imagem, 2-4-2013

**PROPOSTA** Ativistas e entidades ligadas à arquitetura pleiteiam o uso misto para valorizar área

## Os próximos passos na revisão do projeto

Editoria de Arte/JC

### Primeira reunião técnica para recolhimento de sugestões

- Acontece hoje na sede do Executivo municipal com os seguintes participantes:
- Prefeitura do Recife
- Ordem dos Advogados do Brasil (seccional PE)
- Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
- Universidade Católica de Pernambuco (Unicap)
- Instituto de Arquitetos do Brasil (Departamento de Pernambuco)
- Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU)
- Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea-PE)
- Movimento Ocupe Estelita

### Audiência pública

No dia 17 haverá audiência convocada pela Prefeitura do Recife, no auditório da Fafire, na Avenida Conde da Boa Vista, no bairro da Soledade, das 14h às 17h. O encontro é aberto à população

<b>Assunto:</b> Celpe obrigada a cumprir metas	
<b>Veículo:</b> Jornal do Commercio	
<b>Editoria:</b> Economia	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> 4	<b>Data:</b> 04/07/2014

**jornal do  commercio**

# Celpe obrigada a cumprir metas

**LUZ** Decisão judicial liminar determina que a empresa observe índices de qualidade e reduza o número de quedas de energia

O juiz da 29ª vara Cível da Capital, Alexandre Freire Pimentel, determinou, em decisão liminar, que a Companhia Energética de Pernambuco (Celpe) passe a cumprir os limites de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e de Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) no quadriênio 2014-2017. Os dois índices são fixados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e usados para acompanhar a qualidade do serviço da empresa. O primeiro mede a quantidade de horas, em média, nas quais o serviço foi interrompido, enquanto o segundo indica o número de interrupções. A decisão do juiz surgiu em resposta a uma ação civil pública movida pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE) contra a distribuidora.

O magistrado estabeleceu uma multa de R\$ 1 milhão por dia para cada extrapolação dos limites estabelecidos pela Aneel para os “conjuntos” de unidades consumidoras. Para estabelecer os índices, a Aneel divide o Estado em 129 “conjuntos”, juntando áreas próximas. “Entramos com essa ação depois de sermos provocados por associações de moradores que denunciaram a constante falta de energia”, explica a promotora de Defesa do Consumidor da Capital do MPPE, Liliâne Fonseca. A denúncia foi feita por usuários de Três Carneiros, Iputinga, Ibura, Bongi e Cordeiro.

No ano passado, a Celpe ultrapassou em mais de 30% o limite de horas da falta de energia (o DEC) no Estado. A Aneel estabeleceu o limite de 16,74 horas de falta de energia em 2013 em Pernambuco e o serviço foi in-

terrompido por 22,04 horas, de acordo com a Aneel. “É um serviço essencial. E a sua descontinuidade viola o artigo 22 do Código de Defesa do Consumidor, o qual diz que o serviço público deve ser contínuo, adequado, eficiente e seguro”, diz Liliâne.

A Companhia Energética de Pernambuco (Celpe) informa, via assessoria de imprensa, que analisará a ação e tomará as medidas cabíveis. A empresa divulgou que vem investindo continuamente na melhoria do sistema elétrico em todo o Estado. “Nos últimos três anos (2011 a 2013), foram investidos cerca de R\$ 1,2 bilhão na modernização, ampliação e automação do sistema. Este ano, a companhia está aportando R\$ 469 milhões, um investimento recorde e aproximadamente 25% superior ao aplicado no ano anterior”, acrescenta.

<b>Assunto:</b> Paulo – campanha difícil sem Eduardo	
<b>Veículo:</b> Jornal do Commercio	
<b>Editoria:</b> Política	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> 4	<b>Data:</b> 04/07/2014

jornal do  **commercio**

# Paulo: campanha difícil sem Eduardo

**GOVERNO** Candidato do PSB reconheceu dificuldades por não contar com o padrinho na campanha. Em evento, ele lançou propostas de estímulos a micro e pequenas empresas

**Jumariana Oliveira**  
joliveira@sjc.com.br

Desconhecido da maioria da população pernambucana e prestes a iniciar a campanha no próximo domingo, o candidato Paulo Câmara (PSB) reconheceu, ontem, que sua campanha poderá enfrentar dificuldades em virtude da ausência de seu padrinho político, o ex-governador Eduardo Campos (PSB). O presidenciável estará focado na campanha nacional e sua presença no Estado para reforçar a candidatura de Paulo será passageira, ao contrário do que aconteceu em 2012, na eleição do prefeito do Recife, Geraldo Julio (PSB).

“A campanha é difícil, mas vamos ter resultados (positivos). Toda campanha é difícil, eu não conheço nenhuma fácil. Temos um grau de desconhecimento entre a população e a partir de agora vamos ter a oportunidade de acabar com ele indo para as ruas”, admitiu o postulante. Ele destacou que o reforço do grupo que dá sustentação à sua candidatura será decisivo para o resultado no pleito.



Rodrigo Lobo/PSB

**ATUAÇÃO** Paulo em ato com empresários: próximos ao PTB

Paulo Câmara prometeu não aumentar a carga tributária

Paulo foi lançado como pré-candidato em fevereiro e desde então tem aproveitado o tempo para se reunir com grupos políticos de cidades do interior com o intuito de vencer

o obstáculo do desconhecimento. Para seu primeiro ato de campanha, ele escolheu a cidade de Santa Filomena (Sertão). A justificativa é que na gestão de Eduardo, o município recebeu investimentos nas áreas de infraestrutura, educação e saúde.

## TRIBUTOS

Ontem, o socialista apresentou as propostas para as micro e pequenas empresas que estarão no seu programa de governo, que só deve ser finalizado em julho. Ele garantiu

que no seu governo, caso eleito, não irá aumentar a carga tributária, mesma promessa feita por Eduardo Campos no último domingo.

Paulo expôs 11 eixos que serão prioridades, caso seja eleito. Ele propõe o estímulo para as grandes empresas adquirirem matérias primas dos pequenos empreendimentos, além do reforço para exportação de produtos feitos pelas empresas de pequeno porte.

Segundo ele, o Estado vai facilitar as operações de crédito para representantes das micro e pequenas empresas, além de promover parcerias com o Judiciário com intuito de agilizar processos envolvendo essas entidades. Outra proposta é criar o Programa Estadual de Educação Empreendedora para alunos da rede estadual de educação.

A apresentação das propostas é uma forma de se aproximar do setor, já que o principal opositor de Paulo Câmara, o senador Armando Monteiro Neto (PTB), tem uma relação próxima com representantes do empresariado e já fez críticas à postura do governo estadual, na gestão do PSB, ante as micro e pequena empresas.

<b>Assunto:</b> Celpe pode ser multada por apagão	
<b>Veículo:</b> Diário de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Leitura Dinâmica	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> A2	<b>Data:</b> 04/07/2014

# DIÁRIO de PERNAMBUCO

## PÁGINA B6

### **Celpe pode ser multada por apagão**

Por decisão judicial, a Celpe poderá ter que pagar R\$ 1 milhão por dia devido à falta frequente ou demorada de energia.

<b>Assunto:</b> Apagão vai gerar multa	
<b>Veículo:</b> Diário de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Economia	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> B6	<b>Data:</b> 04/07/2014

## DIÁRIO de PERNAMBUCO

# Apagão vai gerar multa

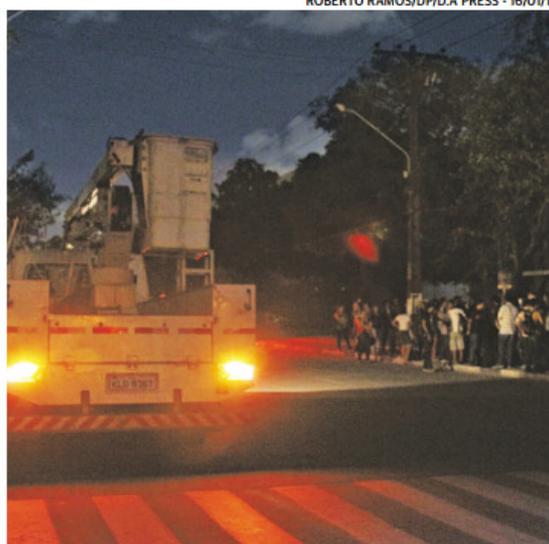
**Celpe poderá ter que pagar R\$ 1 milhão por dia em razão de falta muito frequente ou demorada de energia, de acordo com decisão judicial**

**A** Companhia Energética de Pernambuco (Celpe) pode ser multada em R\$ 1 milhão por dia em caso de apagões muito frequentes ou demorados. Ontem, o juiz da 29ª Vara Cível da capital, Alexandre Pimentel, atendeu pedido do Ministério Público de Pernambuco e deferiu liminar obrigando a Companhia Energética de Pernambuco (Celpe) a cumprir os limites de duração e a frequência de interrupções no abastecimento definidos pela Agência Na-

cional de Energia Elétrica (Aneel). A Celpe, que já foi notificada da decisão, diz que vai analisar a ação e tomar as medidas cabíveis.

De acordo com a promotora de Justiça Liliâne Fonseca, o objeto da ação civil pública ainda está em análise. "Mas, como nós pedimos uma tutela antecipada, o juiz acatou", explica ela. O processo originou-se de várias denúncias, como a da Associação de Moradores do Bairro do Ibura, informando que as quedas de energia na referida comunidade eram constantes; a da comunidade de Três Carneiros, e de consumidor do bairro da Iputinga, que relatou que quase diariamente ocorre falta de energia na comunidade, principalmente, à noite.

"Nos relatórios da Aneel, no ano de 2013, em 77,6% das unidades consumidoras a du-



**Celpe deve manter limite de interrupções de energia**

ração da interrupção ficou acima do limite. Em 11% dos clientes, a frequência também extrapolou os parâmetros estabelecidos pela Aneel. Por exemplo, o limite anual para Gravatá era de 16 horas por ano e registrou 26,9 horas", reclama a promotora.

Na ação civil pública, ainda é pedida uma indenização pelos danos causados aos clientes que ficaram sem energia com alta frequência ou

larga duração.

A Celpe alega que investe na melhoria do sistema elétrico em todo o estado. "Nos últimos três anos (2011 a 2013), foram investidos cerca de R\$ 1,2 bilhão na modernização, ampliação e automação do sistema. Em 2014, a companhia está aportando R\$ 469 milhões, um investimento recorde e aproximadamente 25% superior ao aplicado no ano anterior", diz em nota.

ROBERTO RAMOS/DP/DA PRESS - 16/01/14

<b>Assunto:</b> Ação entra em fase final – magistrada Andréa Calado	
<b>Veículo:</b> Diário de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Leitura Dinâmica	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> A2	<b>Data:</b> 04/07/2014

# DIÁRIO de PERNAMBUCO

PÁGINA A8

## **Ação entra em fase final**

A magistrada Andréa Calado é acusada de irregularidades na concessão de guarda de uma criança a um casal.



<b>Assunto:</b> Ação contra juíza entra na fase final	
<b>Veículo:</b> Diário de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Local	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> A8	<b>Data:</b> 04/07/2014

## DIÁRIO de PERNAMBUCO

# Ação contra juíza entra na fase final

**Magistrada Andréa Calado é acusada de irregularidades na concessão de guarda provisória de uma criança a uma esteticista carioca e um piloto norte-americano**

**RAPHAEL GUERRA**  
raphaelguerra.pe@dabr.com.br

**O** Processo Administrativo Disciplinar (PAD) que investiga a juíza Andréa Calado, titular da Vara da Infância e Juventude de Olinda, entrou na reta final. Acusada pela Corregedoria Geral de Justiça de irregularidades na conduta funcional, a magistrada será notificada a apresentar, no prazo de dez dias, alegações finais em sua defesa. O mesmo tempo será dado à Procuradoria Geral de Justiça, responsável pela acusação.

Após as duas partes entregarem a documentação, o desembargador Fausto Campos, relator do PAD, analisará o caso. Será então marcada a

audiência, em sessão pública, com a presença dos 15 desembargadores que formam a Corte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco, responsável pela abertura do PAD. O voto da maioria dos desembargadores decidirá pela aplicação ou não de sanções, que vão da advertência à aposentadoria compulsória.

Cerca de 20 testemunhas de acusação e defesa foram ouvidas pela Corte. Andréa Calado também já prestou es-

### **A JUÍZA SERÁ NOTIFICADA A APRESENTAR ALEGAÇÕES FINAIS DE SUA DEFESA**

clarecimentos. “Estamos aguardando a notificação do TJPE para apresentar as alegações. A magistrada continua realizando suas atividades normalmente”, afirmou o advogado dela, Lêucio Lemos.

A juíza começou a ser investigada há cerca de um ano, após denúncia do Ministério Público de irregularida-

des na concessão de guarda provisória de uma criança a um casal formado por uma esteticista carioca e um piloto norte-americano, que vive nos Estados Unidos e não fazia parte do Cadastro Nacional de Adoção, como exige a lei brasileira.

Após repercussão na imprensa, a menina foi devolvida à Justiça, encerrando o processo de adoção. Em relação a essa denúncia, a Corte Especial do TJPE decidiu não investigar a juíza, pois alegou que a possível irregularidade não pode ser classificada como má-conduta.

Já o casal envolvido na guarda provisória responde na Justiça por falsidade ideológica, por ter dado informações inverídicas no registro de batismo da criança, na Paróquia de São José, em Olinda. Madrinha da menina, a advogada Giovana Uchoa, filha do presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco, também responde pelo crime. Giovana ainda é investigada pelo MPPE por tráfico de influência no processo de adoção.

<b>Assunto:</b> Reajuste para servidores	
<b>Veículo:</b> Diário de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Política	<b>Seção:</b> Curtas
<b>Página:</b> B4	<b>Data:</b> 04/07/2014

# DIÁRIO de PERNAMBUCO

## SALÁRIOS

### **Reajuste para servidores**

Os salários dos servidores efetivos, comissionados e com gratificação da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Justiça de Pernambuco foram reajustados em 6,15% e 6,5%, respectivamente. As leis com o aumento foram sancionadas pelo governador João Lyra Neto (PSB) e publicadas no *Diário Oficial* do estado ontem.

<b>Assunto:</b> Anulação negada – Câmara de Vereadores da PCR	
<b>Veículo:</b> Diário de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Política	<b>Seção:</b> Curtas
<b>Página:</b> B4	<b>Data:</b> 04/07/2014

# DIÁRIO de PERNAMBUCO

## VEREADORES

### Anulação negada



O pedido de anulação da sessão plenária da última quarta-feira na Câmara do Recife foi negado pelo desembargador Evandro Magalhães, do TJPE. Os vereadores Raul Jungmann (PPS) e Priscila Krause (DEM) entraram com o pedido, alegando que a sessão infringiu o regimento interno da Casa.

<b>Assunto:</b> Desembargador Agenor Ferreira assume vice-presidência do TRE	
<b>Veículo:</b> Diário de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Viver	<b>Seção:</b> João Alberto
<b>Página:</b> D3	<b>Data:</b> 04/07/2014

## DIÁRIO de PERNAMBUCO

### **No TRE**

O desembargador Agenor Ferreira Lima assume a vice-presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, até que haja a eleição da nova mesa diretora, ainda sem previsão de data. Quem também toma posse como desembargador substituto é o advogado Ronnie Duarte.

<b>Assunto:</b> Aniversários – desembargador Itabira de Melo Filho e Rosa Miranda	
<b>Veículo:</b> Diário de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Viver	<b>Seção:</b> João Alberto
<b>Página:</b> D3	<b>Data:</b> 04/07/2014

# DIÁRIO de PERNAMBUCO

## *aniversariantes*

---

Adriana Tude, Cyro Côrte Real Filho,  
Eduardo Moraes, Elder Lins Teixeira,  
Itabira de Brito Neto, Lelê Almeida,  
Lúcia Noya Galvão, Luciana Veras, Maria  
Amélia Portela, Paulo Carvalho, Regina  
Célia Cruz e Rosa Miranda.

<b>Assunto:</b> Reajustes de salários são aprovados	
<b>Veículo:</b> Folha de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> ECONOMIA	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> 1	<b>Data:</b> 04/07/2014



## ► SERVIDORES

# Reajustes de salários são aprovados

KLEBER NUNES

Os servidores efetivos, comissionados, aposentados e pensionistas dos poderes Judiciário e Legislativo de Pernambuco tiveram o reajuste dos salários aprovados. Conforme publicado no Diário Oficial do Estado de ontem, os índices de aumento são de 6,5% e 6,15%, respectivamente. Com a limitação imposta pela legislação eleitoral, o acréscimo dos provimentos significa apenas a reposição da inflação acumulada em um ano. No entanto, os sindicatos das duas categorias comemoraram outras conquistas, que segundo eles, fortalecem as entidades, que já se preparam para a campanha salarial do próximo ano.

O vice-presidente do Sindicato dos Servidores no Poder Legislativo de Pernambuco (Sisalepe), Marconi Glauco, explicou que a categoria pleiteava um reajuste de 14%, índice que cobriria a inflação anual e perdas passadas. "Contudo, conseguimos implantar a mesa de negociação permanente como prevê a Organização Mundial do Trabalho (OIT), a primeira do País no âmbito dos servidores do Poder Legislativo. Isso quer dizer que ficará mais fácil negociar as melhorias para os servidores, uma vez

## ÍNDICES de incremento levam em conta a inflação do período

que teremos obrigatoriamente quatro reuniões no ano que vem", afirmou.

Para os trabalhadores do Poder Judiciário, além do aumento de 6,5%, a gratificação de Risco de Vida foi fixada em R\$ 501,40. A vice-presidente do Sindicato dos Servidores de Justiça do Estado de Pernambuco (SindJud-PE), Rute Pereira, destaca a mudança no plano de cargos e carreiras como "a grande da categoria este ano". "Nossa carreira atualmente é de 32 anos e já está nas mãos do governador a proposta de reduzir para 21 anos, que certamente ele aprovará", explicou. "Outra vitória foi a redução da progressão salarial que era bianual e passou a ser anual", acrescentou Rute.

No caso do SindJud-PE, a pauta de reivindicações tinha 22 pontos. "Os principais foram atendidos", enfatiza a vice-presidente da entidade. Tanto no legislativo quando no judiciário, os reajustes também se aplicarão aos aposentados e pensionistas.

<b>Assunto: TJPE funciona em horário diferenciado durante jogo do Brasil</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 04/07/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



### **TJPE funciona em horário diferenciado durante jogo do Brasil**

Nesta sexta-feira (04), o Tribunal de Justiça de Pernambuco encerrará mais cedo o atendimento ao público. A mudança se deve ao jogo da seleção brasileira de futebol pelas quartas de finais da Copa do Mundo. Apenas neste dia o expediente em todas as comarcas do estado será das 7h às 12h. Já os plantões do 1º Grau começam às 15h, e os do 2º Grau, às 16h. Ambos terminarão assim que a partida for encerrada.

O esquema de plantões atenderá apenas as demandas comprovadamente urgentes nas esferas criminal (habeas corpus, flagrante, pedido de liberdade provisória, decretação de prisão preventiva ou temporária) e cível (mandado de segurança, medidas cautelares, busca e apreensão de bens ou valores).

O plantão de 1º Grau da cidade do Recife funcionará no Fórum Thomaz de Aquino, que fica na Avenida Martins de Barros, no bairro de Santo Antônio. A escolha foi feita pela proximidade do prédio com o Fifa Fan Fest, que transmitirá os jogos, ao vivo, no Cais da Alfândega. O plantão de 2º Grau ficará no Palácio da Justiça, Praça da República, no mesmo bairro.

Os demais plantões funcionarão nas cidades de Afogados da Ingazeira, Arcoverde, Cabo de Santo Agostinho, Caruaru, Garanhuns, Jaboatão dos Guararapes, Limoeiro, Nazaré da Mata, Olinda, Ouricuri, Palmares, Petrolina, Serra Talhada e Vitória de Santo Antão. Outras localidades vizinhas podem encaminhar a demanda para o plantão mais próximo.

<b>Assunto: Judiciário determina que a Celpe deve cumprir metas de qualidade</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 04/07/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



### **Judiciário determina que a Celpe deve cumprir metas de qualidade**

A Promotoria de Justiça deferiu uma liminar determinando que a Companhia Energética de Pernambuco (Celpe) garanta um fornecimento de energia elétrica de forma contínua e adequada. O Judiciário ainda decretou que a empresa deverá apresentar em juízo, anualmente, a comprovação de que os limites foram cumpridos. A verificação deve acontecer 15 dias após a divulgação dos índices aferidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O documento decreta que a empresa obedeça aos parâmetros Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC), previstos na Resolução Autorizativa nº4.064/2013, da Aneel para o quadriênio 2014-2017.

A ação civil pública com pedido de tutela antecipada, ingressada pela promotora de Justiça Liliane Fonseca, foi inspirada por diversas denúncias, de vários pontos do estado, sobre quedas constantes de energia. Também foi realizada uma pesquisa no Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec) e no Órgão de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon), onde várias reclamações de consumidores doram encontradas, todas relativas à má prestação de serviço.

<b>Assunto: Celpe afirma que tem investido na melhoria do sistema e analisará decisão judicial</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 04/07/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Celpe afirma que tem investido na melhoria do sistema e analisará decisão judicial**

A Companhia Energética de Pernambuco (Celpe) se manifestou através de nota sobre a decisão da Justiça que determina que a empresa cumpra as metas de qualidade estabelecidas pela Aneel, entre elas os parâmetros de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e a Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC).

A empresa diz que analisará a ação e tomará as medidas cabíveis em relação à decisão judicial e se coloca à disposição da justiça. A nota "reitera que vem investindo continuamente na melhoria do sistema elétrico em todo o estado" e que "nos últimos três anos (2011 a 2013) foram investidos cerca de R\$ 1,2 bilhão na modernização, ampliação e automação do sistema".

Ainda segundo a companhia, este ano a empresa aportará R\$ 469 milhões nestas atividades, montante "aproximadamente 25% superior ao aplicado" em 2013.

### **Entenda o caso**

Atendendo pedido do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), através da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, a Justiça deferiu liminar determinando que a Companhia Energética de Pernambuco (Celpe) observe os parâmetros Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC), previstos na Resolução Autorizativa nº4.064/2013, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para o quadriênio 2014-2017, para todos os conjuntos de unidades consumidoras, de maneira a prestar o serviço público de fornecimento de energia elétrica em Pernambuco de forma contínua e adequada.

A Celpe também deverá apresentar em juízo, anualmente, no prazo de 15 dias, contados da divulgação dos índices aferidos pela Aneel, a comprovação do atendimento aos limites impostos. A decisão foi proferida no dia 18 de junho pelo juiz Alexandre Freire Pimentel.

O Ministério Público entrou com ação civil pública após várias denúncias, incluindo de associações de moradores, informando sobre quedas de energia constantes nos bairros do Ibura, Três Carneiro e da Iputinga, no Recife. Para a promotora de justiça Liliane Fonseca, autora da ação, as denúncias demonstraram que os problemas na prestação do serviço pela concessionária não são pontuais, mas constantes e corriqueiros. Através de consulta ao Procon-PE, a promotora constatou várias queixas de consumidores relativas à má prestação de serviços pela concessionária.

O juiz Alexandre Pimentel argumentou em sua decisão que "a demandada tem o dever de proceder aos devidos aperfeiçoamentos de linhas de transmissão, bem como corrigir oscilações no fornecimento de energia, de modo a tornar seu serviço eficiente, regular, e seguro à população".

### **Confira a nota na íntegra**

"A Companhia Energética de Pernambuco (Celpe) reitera que vem investindo continuamente na melhoria do sistema elétrico em todo o Estado. Nos últimos três anos (2011 a 2013), foram investidos cerca de R\$ 1,2 bilhão na modernização, ampliação e automação do sistema. Em 2014, a companhia está aportando R\$ 469 milhões, um investimento recorde e aproximadamente 25% superior ao aplicado no ano anterior. Em relação à decisão judicial que trata dos indicadores de continuidade do fornecimento de energia, a concessionária informa que analisará a ação e tomará as medidas cabíveis. A Celpe se coloca à disposição."

<b>Assunto: Celpe pode pagar multa diária de R\$ 1 milhão por apagões frequentes e demorados</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 04/07/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



### **Celpe pode pagar multa diária de R\$ 1 milhão por apagões frequentes e demorados**

O Poder Judiciário deferiu liminar determinando que a Companhia Energética de Pernambuco (Celpe) pague uma multa diária de R\$ 1 milhão por cada área de consumo que se registre descumprimento dos limites de duração e frequência de interrupções no abastecimento definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A decisão atendeu pedido do Ministério Público de Pernambuco e foi dada ontem pela 29ª Vara Cível da capital. A Celpe, que já foi notificada da decisão, diz que vai analisar a ação e tomar as medidas cabíveis.

"O objeto da ação civil pública ainda está em análise. Mas, como nós pedimos uma tutela antecipada, o juiz acatou", explica a promotora de Justiça, Liliane Fonseca. De acordo com ela, o processo originou-se de várias denúncias, como a da Associação de Moradores do Bairro do Ibura, informando que as quedas de energia na referida comunidade eram constantes; a da comunidade de Três Carneiros, e de consumidor do bairro da Iputinga, que relatou que quase diariamente ocorre falta de energia na comunidade, principalmente, à noite. "Nos relatórios da Aneel, no ano de 2013, em 77,6% das unidades consumidoras a duração da interrupção ficou acima do limite. Em 11% dos clientes, a frequência também extrapolou os parâmetros estabelecidos pela Aneel. Por exemplo, o limite anual para Gravatá era de 16 horas por ano e registrou 26,9 horas", reclama a promotora.

Na ação civil pública, ainda é pedida uma indenização pelos danos causados aos clientes que ficaram sem energia com alta frequência ou larga duração. De acordo com o juiz Alexandre Pimentel, a demandada (Celpe) tem o dever de proceder aos devidos aperfeiçoamentos de linhas de transmissão, bem como corrigir oscilações no fornecimento de energia, de modo a tornar seu serviço eficiente, regular, e seguro à população", diz na decisão. Na liminar, os juiz define multa de R\$ 1 milhão por dia para cada grupo de consumo em que os limites de frequência e duração dos apagões não sejam respeitados. A Celpe alega que vem investindo continuamente na melhoria do sistema elétrico em todo o estado. "Nos últimos três anos (2011 a 2013), foram investidos cerca de R\$ 1,2 bilhão na modernização, ampliação e automação do sistema.

Em 2014, a companhia está aportando R\$ 469 milhões, um investimento recorde e aproximadamente 25% superior ao aplicado no ano anterior", diz em nota. Em relação à decisão judicial que trata dos indicadores de continuidade do fornecimento de energia, a concessionária informa que analisará a ação e tomará as medidas cabíveis.

<b>Assunto: Cidadania e Poder Judiciário são temas de oficinas de férias</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 04/07/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



### **Cidadania e Poder Judiciário são temas de oficinas de férias**

A partir do dia 14 de julho, as crianças de 7 a 10 anos terão seis novas opções de entretenimento no Recife. As oficinas de férias, que vão até o dia 31, no bairro do Recife, são organizadas pelo Memorial da Justiça do Tribunal de Justiça de Pernambuco, para mostrar o papel do Poder Judiciário na construção da cidadania. O número de vagas é limitado, e as inscrições devem ser realizadas pelo e-mail [memorial.educativo@tjpe.jus.br](mailto:memorial.educativo@tjpe.jus.br) ou pelo telefone (81) 3181-9440.

As atividades serão baseadas na exposição "Uma questão de justiça", também organizada pelo Memorial, que mostra processos antigos e arquivos históricos, como figurinos, objetos e imagens, para resgatar temas como escravidão, capoeira e cangaço. As oficinas, que vão começar às 14h, e terminar às 18h, terão como tema culinária, teatro, música, xadrez, história em quadrinhos e mamulengo através de um universo lúdico e pedagógico.

<b>Assunto: Justiça rejeita solicitação de Raul Jungmann e Câmara do Recife concede reajuste a servidores municipais</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 04/07/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Justiça rejeita solicitação de Raul Jungmann e Câmara do Recife concede reajuste a servidores municipais**

Depois de Priscila Krause (DEM) impor derrota ao governo na Câmara Municipal do Recife, na última terça-feira (1º), e de Raul Jungmann (PPS) ter entrado na Justiça contra uma sessão plenária da Casa na quarta passada (2), o assunto que envolve as discussões sobre o reajuste salarial dos servidores da Prefeitura do Recife continua movimentando a sede do Poder Legislativo municipal. Nesta quinta-feira (3), o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) negou a Jungmann, líder da oposição na Câmara dos Vereadores, o mandado de segurança que solicitou para a anulação da sessão ocorrida no dia anterior, na qual os líderes partidários votaram a favor da dispensa de prazo para discussões sobre o reajuste.

A também opositora Priscila Krause já havia invalidado o resultado da votação pela dispensa de prazo, proposta pela bancada governista, na última segunda-feira (30) por manobra regimental. A vereadora levantou a necessidade, prevista pelo regimento interno, da aprovação de três quintos das lideranças partidárias presentes para haver a dispensa de prazo, o que significaria oito votos. O resultado foi atingido por maioria simples, na qual sete líderes foram favoráveis, enquanto seis rejeitaram. No dia seguinte, Gilberto Alves (PTN), líder do governo na Casa, abriu uma nova sessão com o aval da mesa diretora e foi acusado pela oposição de querer aprovar a medida por "rolo compressor, passando por cima do regimento".

O desembargador do TJPE Evandro Magalhães, no entanto, não considerou suficientes os argumentos de Jungmann e lhe a suspensão da sessão. Com a dispensa de prazo validada, o projeto de lei 20/2014 foi finalmente posto em votação, sendo aprovado. O reajuste de 10,25% está previsto para entrar em vigor em novembro desse ano, inicialmente com 5%, e em janeiro, com o percentual restante. De acordo com o presidente da Câmara, Vicente André Gomes (PSB), houve uma "neutralização da discussão inflacionária" nesse aumento.

Rebatendo as acusações da oposição, Vicente André Gomes (PSB), presidente da Câmara, esclareceu que o artigo 309 do Regimento Interno da Casa, que teoricamente impossibilita qualquer votação que não esteja registrada na ordem do dia três horas antes da sessão, não passa de uma recomendação. "O artigo 309 não é imperativo, portanto não caracteriza a nulidade da sessão", avalia o socialista. Sobre a invalidação imposta pela manobra de Priscila Krause, o presidente da Câmara afirma que a decisão do plenário da Casa é "soberana". "Eu acatei o pedido da vereadora e tirei de pauta. No dia seguinte, abrimos um novo requerimento de consulta e tive o cuidado de consultar a mesa diretora. O plenário avaliou e foi majoritariamente favorável à nossa solicitação, 25 contra sete. Se o plenário é quem constitui o regimento interno, ele é soberano", conclui.

Raul Jungmann garante que não desistirá do caso e prometeu recorrer à Justiça novamente, agora com uma ação popular. "Apresentaremos novos argumentos e vamos reiterar a falta de quorum suficiente para a deliberação e a ausência da ordem do dia quatro minutos antes do início da sessão", assegurou.

<b>Assunto: TJPE e Detran com atendimento reduzido nesta sexta-feira</b>	
<b>Veículo:</b> folhape.com.br	<b>Data:</b> 04/07/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **TJPE e Detran com atendimento reduzido nesta sexta-feira**

*Expediente vai terminar no meio do dia por conta do jogo entre Brasil e Colômbia*

O atendimento ao público no Judiciário estadual vai ser encerrado mais cedo, nesta sexta-feira (4), por conta da partida entre Brasil e Colômbia pelas quartas de final da Copa do Mundo. O expediente irá das 7h às 12h em todas as comarcas de Pernambuco. Os plantões do 1º Grau têm início às 15h e o do 2º Grau, às 16h, e terminarão assim que se encerrarem as partidas.

No Recife, o plantão do 1º Grau funcionará no Fórum Thomaz de Aquino por causa da Fifa Fan Fest, que transmite a partida do Brasil no Cais da Alfândega. O prédio está localizado na avenida Martins de Barros, 593, no bairro de Santo Antônio, próximo ao palco do evento. Já o plantão do 2º Grau do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) vai atender no Palácio da Justiça.

As demais comarcas que receberão demandas em plantão são: Afogados da Ingazeira, Arcoverde, Cabo de Santo Agostinho, Caruaru, Garanhuns, Jaboatão dos Guararapes, Limoeiro, Nazaré da Mata, Olinda, Ouricuri, Palmares, Petrolina, Serra Talhada e Vitória de Santo Antão. Nesses locais, serão recebidas também demandas das cidades vizinhas.

Serão atendidas ocorrências comprovadamente urgentes nas esferas criminal (Habeas Corpus, comunicação de flagrante, apreciação de pedido de liberdade provisória, decretação de prisão preventiva ou temporária) e cível (Mandado de Segurança, medidas cautelares, busca e apreensão de bens ou valores).

Os plantões podem se estender após o fim das partidas do Brasil, mas somente nos casos em que o juiz plantonista considerar que há necessidade de prosseguir com o atendimento.

### **Detran-PE**

As unidades do Departamento Estadual de Trânsito (Detran-PE) também vai ter o expediente encerrado mais cedo nesta sexta-feira. O atendimento seguirá somente até as 12h30 na sede do órgão, nas unidades dos shoppings, nas Circunscrições Regionais de Trânsito (CIRETRANs) e nos pontos de atendimento situados nos Expressos Cidadão. A medida vale para pontos em todo o Estado.

<b>Assunto: Juizado do Aeroporto do Recife atendeu 229 pessoas no primeiro mês da Copa</b>	
<b>Veículo:</b> folhape.com.br	<b>Data:</b> 04/07/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Juizado do Aeroporto do Recife atendeu 229 pessoas no primeiro mês da Copa**

*Cento e vinte e nove cidadãos fizeram reclamações e outros 100 pediram orientações*

O Juizado Especial Cível do Aeroporto Internacional do Recife registrou atendimentos a 229 pessoas durante o primeiro mês do regime de plantão para a Copa do Mundo 2014. Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), é o segundo maior número de atendimentos em juizados de aeroportos de cidades-sede do Mundial, superado apenas por São Paulo.

De 2 a 30 de junho, 129 cidadãos formalizaram reclamação e outras 100 pediram orientações ao serviço, que segue em funcionamento 24 horas até o fim do torneio da Fifa para demandas de relações de consumo. Após o balanço final da Copa, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) vai analisar se mantém o serviço posteriormente.

Conforme a estimativa do Juizado, foram gerados 76 requerimentos administrativos e outras 29 queixas que se tornaram ações judiciais. Em 42% dos casos, houve acordo entre passageiros e companhias aéreas.

A empresa mais demandada foi a TAM, com 35 reclamações, dos quais 15 (43% do total) resultaram em acordo. Em segundo no ranking está a TAP, com 19 queixas e 11 acordos firmados - o que corresponde a 58% de casos resolvidos. A Gol aparece em terceiro lugar, mas com menos conflitos resolvidos: apenas quatro acordos (17%) em meio a 19 queixas.

Das 129 pessoas que formalizaram reclamação contra companhias aéreas, 110 eram brasileiros e 19, estrangeiros. A falta de informação (25 casos), o cancelamento de voos (22) e problemas com bagagens (21) foram as principais reclamações.

<b>Assunto: Juizado do Forró realizou 96 atendimentos durante as festas juninas de Caruaru</b>	
<b>Veículo:</b> folhape.com.br	<b>Data:</b> 04/07/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Juizado do Forró realizou 96 atendimentos durante as festas juninas de Caruaru**

*Entre as ocorrências, estão furtos, apreensões de arma de fogo e agressões com arma branca*

O Juizado do Forró que o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) montou para atuar durante e período de festas juninas em Caruaru registrou 96 atendimentos. Entre eles, 26 audiências preliminares de conciliação, todas decorrentes de termos circunstanciados de ocorrência (TCO) efetuados pela Polícia Civil. Dos TCOs registrados no relatório da unidade itinerante, foram listados 46 furtos, quatro roubos, quatro apreensões de arma de fogo, 20 agressões com arma branca, além de outras ocorrências envolvendo crimes contra a economia popular, desacatos e resistências à prisão, posse de substâncias entorpecentes, dentre outras.

Foi o sexto ano da atuação do juizado, que funcionou em regime de plantão entre os dias 31 de maio e 29 de junho, atendendo casos de competência cível e criminal de menor potencial ofensivo. O serviço contou com a parceria da Prefeitura de Caruaru, do Ministério Público de Pernambuco; da Defensoria Pública do Estado; da Ordem dos Advogados do Brasil; das Polícias Civil e Militar.

Nos plantões, alunos do curso de Direito da Associação Caruaruense de Ensino Superior (Asces) colaboraram como voluntários. A Asces também forneceu a estrutura de mobiliário e equipamentos de informática, além dos crachás e materiais de identificação visual que foram utilizados no estande da unidade judiciária.

<b>Assunto:</b> Em Caruaru, Justiça autoriza gravações que não foram ao ar nas rádios e televisões durante a Operação Ponto Final	
---	--

<b>Veículo:</b> Blog do Jamildo	<b>Data:</b> 4/07//2014
---------------------------------	-------------------------

<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>
------------------	---------------



### **Em Caruaru, Justiça autoriza gravações que não foram ao ar nas rádios e televisões durante a Operação Ponto Final**

Em Caruaru, o juiz Francisco de Assis, juiz da 4ª Vara Criminal, autorizou no final da tarde desta quinta (03), a veiculação das gravações solicitadas pela defesa dos dez vereadores indiciados pela Operação Ponto Final. O magistrado acatou o pedido de quebra de sigilo e liberou parte das gravações que fazem parte de todo o processo. As escutas iriam ser mostradas numa coletiva de imprensa, mas como a defesa teve que fazer um requerimento ao Juiz, a situação foi adiada.

Os advogados irão se reunir para definir o que fazer diante da situação. Ainda não se sabe se uma nova coletiva será concedida. Os vereadores indiciados garantem que essas gravações irão comprovar que foram vítimas de uma armação. O clima de tensão entre vereadores e secretários ligados ao Prefeito. Já que segundo informações, as gravações comprometem muita gente ligada a gestão municipal.

<b>Assunto:</b> Justiça nega pedido de cancelamento de sessão da Câmara do Recife. Raul Jungmann é derrotado	
<b>Veículo:</b> Blog do Jamildo	<b>Data:</b> 4/07//2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Justiça nega pedido de cancelamento de sessão da Câmara do Recife. Raul Jungmann é derrotado**

O juiz Evandro Magalhães, do TJPE, julgou improcedente o pedido de anulação da sessão da Câmara Municipal do Recife desta terça-feira, apresentado pelo vereador Raul Jungmann, do PPS e líder da Oposição.

Na quarta-feira, dia em que apresentou um mandado de segurança ao TJPE, o líder da bancada da oposição, argumentou que o pedido foi feito em função do descumprimento de normas estabelecidas no Regimento Interno da Câmara Municipal do Recife. De acordo com o parlamentar, houve um atentado à democracia.

Segundo reclamou o vereador, teria ocorrido a impossibilidade de votação de qualquer procedimento, tendo em vista que a ordem do dia não estava disponível no site oficial e nem foi entregue nos gabinetes três horas antes da abertura do expediente, como determina o parágrafo único do artigo 309 do Regimento Interno.

O presidente da Casa, vereador Vicente Andre Gomes, comentou, nos bastidores da causa, que o episódio só serviu para desgastar a imagem da Câmara Municipal do Recife, às vésperas do recesso.

<b>Assunto:</b> Nesta sexta, jogo do Brasil, juízes pernambucanos só trabalham até o meio dia, que ninguém é de ferro	
<b>Veículo:</b> Blog do Jamildo	<b>Data:</b> 4/07//2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



### **Nesta sexta, jogo do Brasil, juízes pernambucanos só trabalham até o meio dia, que ninguém é de ferro**

O atendimento ao público no Judiciário estadual nesta sexta-feira (4/7) foi modificado devido à partida da seleção brasileira de futebol pelas quartas de final da Copa do Mundo. O expediente começa às 7h e se encerra às 12h em todas as comarcas de Pernambuco. Os plantões do 1º Grau têm início às 15h e o do 2º Grau, às 16h. Terminarão assim que se encerrarem as partidas.

No Recife, o plantão do 1º Grau funcionará no Fórum Thomaz de Aquino por causa da Fan Fest, que transmite a partida do Brasil no Cais da Alfândega. O prédio está localizado na Avenida Martins de Barros, 593, Bairro de Santo Antônio – próximo ao palco do evento. Já o plantão do 2º Grau do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) atende no Palácio da Justiça. As demais comarcas que receberão demandas em plantão são: Afogados da Ingazeira, Arcoverde, Cabo de Santo Agostinho, Caruaru, Garanhuns, Jaboatão dos Guararapes, Limoeiro, Nazaré da Mata, Olinda, Ouricuri, Palmares, Petrolina, Serra Talhada e Vitória de Santo Antão. Nesses locais, serão recebidas também demandas das cidades vizinhas.

Serão atendidas demandas comprovadamente urgentes nas esferas criminal (Habeas Corpus, comunicação de flagrante, apreciação de pedido de liberdade provisória, decretação de prisão preventiva ou temporária) e cível (Mandado de Segurança, medidas cautelares, busca e apreensão de bens ou valores).

De acordo com o parágrafo único do artigo 1º do Ato nº 491 – publicado nesta quinta-feira (3/7) para regulamentar os horários do TJPE nos dias de jogos da seleção brasileira pela Copa 2014 – os plantões podem se estender após o fim das partidas do Brasil, mas somente nos casos em que o juiz plantonista considerar que há necessidade de prosseguir com o atendimento.